



LEVANTAMENTO SÓCIO - AMBIENTAL DO ACAMPAMENTO ELISABETE TEIXEIRA, LIMEIRA /SP: SUBSÍDIO AO INCENTIVO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

R. A. Silva¹

B. A. C. C. Oliveira²

1 –Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Avenida 24 - A nº 1515, Bela Vista, 13.506 - 900, Rio Claro, São Paulo, Brasil. E - mail: rafaaps@hotmail.com

2 - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento, Avenida 24 A nº 1515, Bela Vista, 13.506 - 900, Rio Claro, São Paulo, Brasil.

INTRODUÇÃO

As estratégias da agricultura convencional são limitantes em sua capacidade de promover um desenvolvimento sustentável. Por isso, não são capazes de atingir os mais pobres e nem de resolver problemas de fome, desnutrição e as questões ambientais (Altieri, 2001).

O modelo agrícola convencional visa o lucro e a produção máxima, não se importando com suas conseqüências a médio e longo prazo e desconsiderando a dinâmica ecológica dos agroecossistemas.

A desigualdade social também se intensifica neste modelo de produção agrícola, pois os benefícios não são distribuídos igualmente. Os agricultores de subsistência são deslocados pelos grandes produtores de exportação para terras marginais, resultando em desmatamento, erosão e danos sociais e ecológicos severos.

A solução seria o emprego de uma agricultura sustentável que utilizasse práticas agrícolas baseadas nos processos ecológicos (nas áreas produtivas e ao seu redor), gerando lucro e produtividade suficientes para suprir as necessidades dos agricultores (Gliessman, 2005).

Segundo esse autor, estes aspectos podem ser encontrados na agroecologia que proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável, valorizando o conhecimento dos agricultores e sua aplicação na busca pela sustentabilidade. Os modelos de agricultura sustentável devem combinar elementos da agricultura tradicional com o conhecimento científico moderno. Esta agricultura deve contribuir com o desenvolvimento rural e com a igualdade social, sendo seu objetivo principal a estabilidade de produção em longo prazo (Altieri, 2002).

Conforme Altieri (2001), o conhecimento de grupos locais com relação ao meio ambiente pode ser bastante detalhado,

resultando na criação de estratégias produtivas de uso da terra e, dentro de alguns limites ecológicos e técnicos, na auto - suficiência alimentar das comunidades locais.

Agroecologia e saber local são propostas de vários movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Via Campesina.

Numa agroecologia participativa, os objetivos econômicos, sociais e ambientais devem ser definidos pela comunidade rural local e implementados às tecnologias de baixo uso de insumos externos, para que haja o crescimento econômico, a igualdade social e a preservação ambiental (Altieri, 2001).

A agricultura convencional favorece principalmente os grandes latifundiários, que monopolizam a produção e concentram a terra. No caso da estrutura fundiária brasileira, herdada do regime de capitânicas/sesmarias e pouco alterada durante esses anos, a concentração de terras nas mãos de poucos foi intensificada (Oliveira, 1994).

Esse fato deu origem aos movimentos sociais que buscam a reforma agrária. Nesse contexto surgiu o MST, que atualmente age em diversos estados brasileiros e é a principal forma de organização social na luta pela terra e pela reforma agrária no país (Fernandes, 1996).

O MST participa ativamente de encontros que abordam a reforma agrária, a agroecologia e a soberania alimentar dos povos. Para alcançar essa última, acredita - se ser necessário realizar a reforma agrária, ter acesso a produtos saudáveis (livres de produtos químicos), sendo fundamental a implementação da agroecologia. (Stefano, 2007).

Desta forma, neste trabalho considerou - se importante saber quais são as práticas agrícolas desenvolvidas em um acampamento do MST, quem são estes acampados e qual a relação que eles têm com a terra.

OBJETIVOS

Levantamento sócio - ambiental dos acampados, identificando a trajetória de vida, relações com a terra, com o meio ambiente, entre outros aspectos;

Elaboração de oficinas, através da análise dos dados, que subsidiem o incentivo às práticas da agroecologia.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi realizado no acampamento “Elisabete Teixeira, localizado no município de Limeira (SP). A pesquisa foi realizada entre abril e agosto de 2008. Na ocasião, o acampamento contava com aproximadamente 80 famílias.

Foi elaborada uma pesquisa relacionada à trajetória de vida dos agricultores. Através dela pôde - se captar o processo de memória e reflexão crítica do pesquisado sobre suas vivências em condições e conjunturas sociais específicas; valores e expectativas; ideais de vida; e frustrações e sofrimentos em virtude dos fatos vivenciados pelo acampado (Viertler, 2006). Também foram questionados a respeito de aspectos que identificassem alguns conhecimentos e a relação dos acampados com o meio ambiente. Para o levantamento destas informações foram realizadas entrevistas semi - estruturadas (Lüdke E André, 1986).

Houve também a necessidade de uma significativa aproximação entre pesquisadora e acampados, pois o trabalho foi elaborado de modo participativo e cooperativo entre as partes. Desta forma, a metodologia utilizada foi da pesquisa - ação participativa (Thiollent, 2000; Oliveira E Oliveira, 1988; Fals Borda, 1988).

Foram realizadas 77 entrevistas. O entrevistado não precisava necessariamente ser o futuro titular do lote, apenas membro da família e, naquela ocasião, residir no acampamento.

Com base nos dados levantados, foram realizadas oficinas com o objetivo de incentivar as práticas agroecológicas no acampamento.

RESULTADOS

A maior parte dos entrevistados (38,96%) nasceu no estado de São Paulo, seguido pelos nascidos em Minas Gerais (20,78%) e Paraná (15,58%). A maior parte dos integrantes do Acampamento Elisabete Teixeira é oriunda de cidades da região, como Campinas (27,27%), Limeira (22,08%) e Cosmópolis (12,99%).

Antes da vinda para o acampamento, as profissões mais exercidas eram a de pedreiro e/ou ajudante de pedreiro (19,48%), e a de doméstica (14,23%). Outras profissões citadas foram: dona de casa, metalúrgico, encanador, ajudante de cozinha, lavrador, vendedor, etc.

Pode - se inferir através desses dados que, a partir do momento em que esses acampados forem assentados, o assentamento, conforme Bergamasco (1997), será considerado o principal fator de mudança das relações sociais destas pessoas. Elas terão o controle sobre o tempo de trabalho e a

forma de uso da terra. Anteriormente, por serem empregados, tal controle não era uma atribuição nas suas relações sociais.

A maior parte dos respondentes (36,36%) possui mais de 30 anos da vida trabalhados na zona rural. Das 77 pessoas entrevistadas, somente 25 pessoas têm até 10 anos de trabalho na roça. Em contrapartida, observa - se que também é alto o número de entrevistados em que o primeiro contato com a zona rural coincide com sua permanência no acampamento Elisabete Teixeira. Isto é, 11 entrevistados têm até 1 ano de experiência rural. Mesmo com este elevado índice de trabalhadores rurais, nota - se que os moradores do Elisabete Teixeira residiam fora da zona rural antes de ir para o acampamento. Apenas 10 das 77 famílias entrevistadas moravam efetivamente na zona rural.

Com relação a isso, muitos depoimentos foram sobre a dificuldade que tais famílias de origem rural tiveram no passado em permanecer na roça, seja em virtude de arrendamentos que trouxeram prejuízos financeiros, seja pela falta de emprego em fazendas ou por motivos de saúde.

Foram inúmeras as causas motivadoras da ida para a cidade em busca de melhores condições de vida. No entanto, em muitos casos, tal mudança não foi bem sucedida devido à falta de estudo por parte dos acampados e à conseqüente dificuldade em conseguir um emprego. Situação que fez com que a condição de vida piorasse. Além disso, a convivência com a insatisfação por estar em um lugar que não era o de preferência foi citada, já que tais pessoas preferem o campo em virtude da origem rural e das maiores possibilidades de reprodução da vida doméstica e do seu sustento.

Dessa forma, os acampados foram motivados a retornar ao campo, tanto para morar como para trabalhar. Eles viram esta oportunidade no MST, o que fez com que aderissem à luta e ao movimento.

Um fato interessante observado nesta pesquisa foi com relação à intenção dos acampados em conservar e proteger a natureza. Este fato é relevante, pois são inúmeras as dificuldades enfrentadas por estes acampados no dia - a - dia, o que poderia implicar em um possível desinteresse deles por outros assuntos, que não aqueles que, de alguma forma, poderiam lhes trazer algum tipo de conforto ou recurso para continuar na luta. E, no entanto, é observado justamente o contrário. A intenção e ação quanto aos refloramentos é muito forte, assim como a não utilização de agrotóxicos e outras práticas que possivelmente não rendam recurso financeiro algum, mas que lhes proporcionam melhor qualidade de vida e contribuem com a biodiversidade local.

Ao se pensar nessa iniciativa dos acampados, evidencia - se que, conforme Brito (2006), estes atores sociais estão conscientes da importância da conservação da biodiversidade e do papel deles mesmos neste processo. Trata - se de um valor ético ambiental desta população, enquanto saber camponês herdado, ou mesmo repassado pelo MST. Essa ética ambiental se dá através do amadurecimento e voluntarismo, e não por força de leis ou imposição das autoridades ambientais.

Com relação à aptidão agrícola da terra, os acampados disseram que as culturas melhor adaptadas são as que “dão embaixo da terra”, como as raízes e os tubérculos. Segundo

os acampados, “o que dá para cima da terra” não é muito bom (milho, por exemplo). Assim, 33 acampados disseram que o melhor cultivo é o da mandioca; 28 o do feijão; 19 do amendoim; e 11 da batata doce. Porém, 20 produtores acreditam que tudo o que for plantado se desenvolverá bem, argumentando que o segredo reside no “plantar na época certa”.

A maioria dos acampados considera o solo fértil. Alguns admitiram que ele precisa ser melhor trabalhado e tratado. De acordo com alguns acampados, em solos arenosos o cultivo é mais difícil. Neste sentido, alguns disseram que o trabalho na terra torna - se mais complicado à medida que a roça fica mais próxima do rio (resultado comprovado através da análise de solo pelo Instituto Agrônomo de Campinas - IAC).

Com relação aos principais manejos para melhorar a fertilidade do solo, a adubação feita através do uso do mato (braquiária e capim colônião), capinado e deixado no solo para secar, é realizada por 36 acampados. Outra prática muito utilizada por 28 acampados é o uso do esterco de gado e de galinha. Também utilizam, em menor quantidade, a compostagem; a cama de frango; adubos orgânicos; biofertilizantes; adubação verde; restos de hortaliças; cascas de frutas e outros alimentos jogados no solo.

Com relação aos problemas percebidos no solo, a acidez foi citada por 35 pessoas. A escassez de nutrientes e de matéria orgânica foi lembrada por 16 acampados. Outros problemas listados foram a compactação e a presença de raízes de braquiária.

Foi realizada no IAC a análise do solo de duas áreas do acampamento. Quando compara - se os dados da análise e as respostas dos acampados, tem - se a confirmação que mesmo sem equipamentos e sem estudos mais técnicos, as respostas do acampados corroboram com as análises, ou seja, os conhecimentos adquiridos ao longo da vida e do trabalho no campo são fundamentais para esta população que trabalha com a terra e com a dificuldade de acesso a livros, cursos ou análises laboratoriais mais precisas sobre a situação da terra onde trabalham.

Alguns acampados afirmaram possuir o girassol, o fumo e o gergelim com o intuito de proteger a plantação do ataque de pragas. Essa prática é muito importante na agroecologia, lembrando que algumas plantas realmente podem ser utilizadas como repelentes ou como alimento para as pragas que, desta forma, deixam a cultura de interesse crescer (Fornari, 2002).

Já as plantas denominadas “daninhas” atrapalham o desenvolvimento da cultura principal. Na agroecologia, essas plantas podem ser manejadas e até mesmo utilizadas como adubo na lavoura. De acordo com os acampados, as principais plantas “perturbadoras” das culturas são: a braquiária, o picão, capim colônião, caruru, guanxuma e sapé. A braquiária e o capim colônião são utilizados como pasto ou na adubação ao ser feita a capina. As outras são retiradas pela raiz, pois, segundo eles, atrapalham demais o crescimento das culturas.

Em virtude de um despejo ocorrido em novembro de 2007 e da volta posterior, o cultivo foi iniciado em janeiro de 2008. Desta forma, algumas culturas ainda não foram colhidas e outras nem puderam ser plantadas devido à época do ano

e às características das mesmas. Portanto, quando se fala em rotação de culturas, muitos argumentam que ainda não pensaram a respeito do que vão plantar após a colheita. A maior parte planta de forma consorciada para o melhor aproveitamento do pequeno espaço concedido.

Com base nestes dados, foram, inicialmente, realizadas quatro oficinas. O convite para participação nas mesmas estendia - se para todos os moradores. Porém, somente as mulheres participaram. Uma possível explicação é a necessidade de alguns homens de trabalhar fora. O interesse das mulheres também pode ser justificado pelo fato de sua responsabilidade pela reprodução familiar. A produção de alimentos é uma questão central para as mulheres dentro da família.

CONCLUSÃO

No geral, os acampados residiam em municípios vizinhos à cidade de Limeira antes da chegada ao acampamento, embora sua origem esteja diretamente relacionada ao campo. Estas pessoas têm como característica o fato de, no passado, terem tentado melhorar sua condição de vida e renda nas áreas urbanas, mas devido a diversas circunstâncias, viram - se obrigadas a retornar ao campo, passando a recorrer, desta forma, ao engajamento nos movimentos sociais (sobretudo o MST).

As práticas agrícolas adotadas pelos acampados são noções que a população traz de suas experiências de vida anterior ou através de referenciais de gerações anteriores. Estes valores atribuídos à preservação da natureza (como condição à sobrevivência deste grupo) fazem parte de um conjunto de saberes e práticas do campesinato.

Outras características do campesinato também estão intrínsecas nas atividades destes acampados. Um exemplo envolve a ética ambiental demonstrada por eles com relação aos reflorestamentos voluntários. A preocupação em aproveitar os espaços do lote com uma agricultura diversificada e consorciada também evidencia tal característica.

Outro fator destacado foi o conhecimento carregado por estas pessoas. Conhecimento facilmente evidenciado em diversos momentos da pesquisa, como em relação aos conhecimentos sobre o solo e de como manejá - lo corretamente.

As oficinas e entrevistas realizadas junto a esta população apontaram a importância de se investigar os saberes e práticas camponesas, porque são eles que estão no trabalho da terra no dia a dia, conhecem a dinâmica e as necessidades locais. Ao mesmo tempo, é importante que estes conhecimentos tradicionais sejam atrelados aos científicos advindos dos estudos e pesquisas acadêmicas, alcançando um objetivo comum entre pesquisadores e agricultores.

REFERÊNCIAS

- Altieri, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Síntese Universitária, 54. 110p.
- Altieri, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

- Bergamasco, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 31, set./dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000300003&script=sci_arttext&tlng=em>. Acesso em: 9 out. 2008.
- Brito, F. *Corredores ecológicos: uma estratégia integradora na gestão de ecossistemas*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. 273p.
- Fals Borda, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (Org.). *Pesquisa Participante*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 42 - 62.
- Fernandes, B. M. *MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996. 285p.
- Fornari, E. *Manual prático de agroecologia*. São Paulo: Aquariana, 2002. 237p.
- Gliessman, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653p.
- Lüdke, M.; André, M. E. D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. 99p.
- OLIVEIRA, A. U. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80. In: Stédile, L. P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- Oliveira, R.D.; Oliveira, M. D. Pesquisa social e ação educativa-Conhecer a realidade para poder transformá-la. In: Brandão, C. R. (Org.). *Pesquisa Participante*, 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17 - 33.
- Stefano, D. *O direito dos povos à sua soberania alimentar*. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=>>. Acesso em: 23 jan. 2007.
- Thiollent, M. *Metodologia da pesquisa - ação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 108p.
- Viertler, R. B. Contribuições da antropologia para a pesquisa em etnobiologia. In: Kubo, R. R. et al., (Orgs.). *Atualidade em etnobiologia e etnoecologia*. 1. ed. v. 3. Recife: Nupea/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2006. p. 211 - 222.